

Oposição decide sobre CDDPH

Todos os partidos de oposição serão consultados sobre a conveniência de participarem das reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. A decisão foi tomada ontem pela bancada do PMDB na Câmara que mesmo sendo representante oficial das minorias, não se julgou no direito de examinar isoladamente o assunto, como o fez a bancada do Senado que, sem consultar o PP, aprovou a participação do líder Marcos Freire no Conselho.

O líder Odacir Klein, mesmo sendo contrário a essa participação, achou precipitada qualquer decisão, sem estar de posse de um levantamento completo de todas as reuniões do Conselho, o que será feito por uma comissão integrada pelos deputados Mário Moreira (ES), Fued Dib (MG) e Adhemar Santillo. Essa comissão, depois de concluído o estudo

da matéria, vai emitir um parecer, a ser votado na próxima reunião da bancada do partido e, já de posse das decisões dos líderes dos demais partidos opositores.

Sem os dois líderes da minoria, o CDDPH é integrado por 12 membros, mais o ministro da Justiça, a quem o órgão se encontra subordinado. Participam ainda do Conselho os presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A comissão do PMDB antes mesmo de se reunir já tem conhecimento das exigências mínimas do partido para poder participar do Conselho. As principais são: alterar sua composição (a maioria dos integrantes é vinculada a órgãos do próprio governo), e retirar o caráter secreto de suas reuniões (mas, apesar do sigilo, o CDDPH já passou a enviar cópias de suas atas às lideranças do PMDB).